

“PMs executam civis”

ULLISSES CAMPBELL

DA EQUIPE DO CORREIO

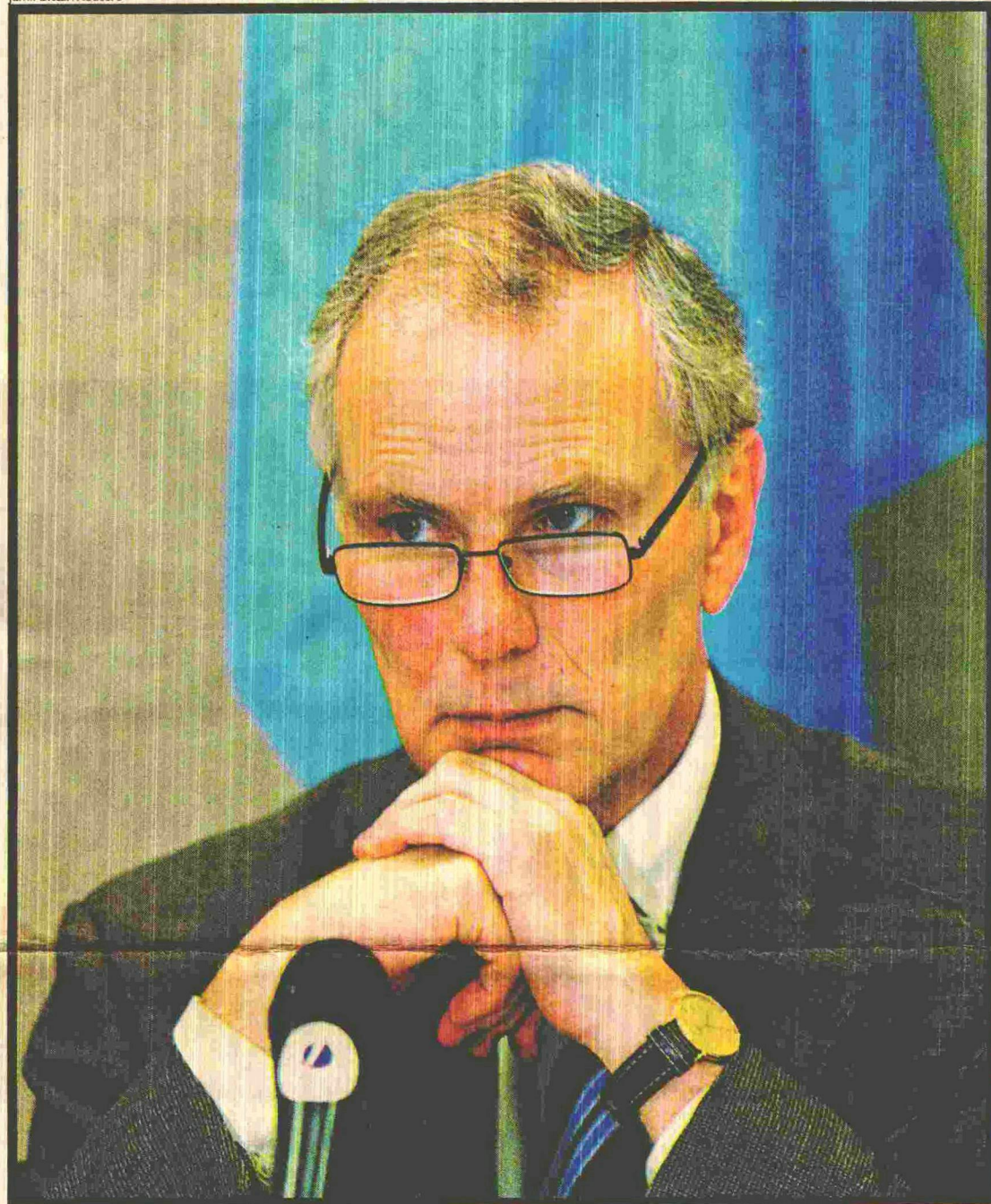
O relator especial da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre Execuções Extrajudiciais, Sumárias ou Arbitrárias, Philip Alston, encerrou a visita de 12 dias ao Brasil tecendo duras críticas à polícia brasileira. No relatório preliminar que divulgou ontem, o australiano sustentou que os policiais militares executam civis sob o argumento de resistência à prisão e, ao registrar essas mortes, a própria polícia deixa de investigá-las. Alston disse ainda que o salário muito baixo pago aos policiais faz com que eles se corrompam e participem até de milícias e grupos de extermínio.

O relator também não poupou críticas à política de segurança do governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral. No relatório, ele diz que a operação na favela do Complexo do Alemão, que matou 19 pessoas, no final de julho, foi conduzida por razões políticas. “Essa operação serviu para mostrar que o governo é duro com o crime e para dar uma resposta à sociedade. Na realidade, no Alemão deveria haver um programa social comunitário”, observou Alston.

No relatório final, que será apresentado ao Brasil em março do ano que vem, o relator fará oito recomendações. Uma delas, segundo adiantou, será a investigação rigorosa das mortes causadas por policiais. “Dizer que as pessoas morrem porque resistem a ordem de prisões é eufemismo para casos de execução cometidos arbitrariamente por policiais”, destacou.

Alston afirmou que, antes mesmo de chegar ao Brasil, a ONU enviou a Sérgio Cabral um ofício pedindo audiência para debater a violência no estado e a operação feita no Morro do Alemão. Ontem, o relator disse que não se encontrou com Cabral porque, por ofício, a visita foi negada pelo governador. “Eu perguntei a várias autoridades do Rio os motivos da incursão na favela e não recebi qualquer resposta consistente”, criticou. Em seguida, relatou: “A polícia atirou em tudo que viu em volta e depois saiu sem dizer nada. Isso não aumenta a segurança”.

Jamil Bittar/Reuters



PARA ALSTON, ARGUMENTO DE RESISTÊNCIA À PRISÃO É APENAS EUFEMISMO DOS POLICIAIS PARA EXECUÇÕES

Poucos julgamentos

No documento em que descreve a visita ao Brasil, Alston citou dados colhidos em conversas com autoridades e representantes da sociedade civil. “No Brasil, o homicídio é a principal causa das mortes da população de 15 a 44 anos”, destacou. Outro dado que chamou a atenção do relator foi de que apenas 10% dos homicídios cometidos em São Paulo e no Rio de Janeiro e 3% dos ocorridos em Pernambuco tenham ido a julgamento.

Antes de divulgar o relatório, Alston visitou pela manhã a Comissão de Direitos Humanos e

Minorias (CDHM) da Câmara dos Deputados e recebeu um documento que destaca os esforços do Poder Legislativo para enfrentar crimes de execução. O material de 24 páginas, repassado durante audiência pública, cita alguns casos em que o Congresso Nacional investigou ações de grupos de extermínio.

O presidente da CDHM, deputado Luiz Couto (PT -PB), afirmou ser positiva a presença do relator da ONU no Brasil. Ele admitiu que muitas atribuições relacionadas ao combate à violência não são efetuadas pelo governo. “A presença de um represen-

tante da ONU é sempre boa. O fato de ele estar aqui é um elemento fundamental para que recomendações sejam acatadas pelo governo brasileiro”, comentou.

Alston visitou uma penitenciária em São Paulo, uma delegacia e um batalhão da Polícia Militar no Rio de Janeiro, uma favela também no Rio, além de um assentamento no Pernambuco. “Reconheço que minha visita acontece em um contexto de preocupação disseminada da comunidade sobre a violência criminal. As cidades no Brasil enfrentam enormes desafios para manter seus residentes a salvo da violência”, disse.